



Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros¹

Denise Cogo²

Sátira Machado³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

RESUMO:

Esse trabalho tem como objetivo oferecer um mapeamento das redes sociocomunicacionais de pensamento e ativismo de afro-brasileiros gestadas a partir dos usos que o movimento negro faz das tecnologias da comunicação nos processos de construção e visibilidade públicas da cidadania de afrodescendentes. A partir de pesquisa bibliográfica e documental e da observação sistemática de espaços e materialidades que envolvem os usos dessas tecnologias, discutimos a emergência de uma cidadania comunicativa dos afro-brasileiros orientada, por um lado, à geração e distribuição de conteúdos no universo das mídias em geral e, por outro lado, à ampliação do acesso, da capacitação e da participação nas dinâmicas de gestão e produção de espaços e projetos comunicativos próprios.

PALAVRAS-CHAVE: redes sociais; tecnologias da comunicação; cidadania; afro-brasileiros

1. A modo de introdução: objetivos e posicionamentos teórico-metodológicos

Nesse texto, a partir de um percurso histórico sobre os cenários de desigualdade, resistências e lutas da negritude no Brasil, buscamos mapear como se gestam redes sociocomunicacionais de pensamento e ativismo de afro-brasileiros em torno dos usos que o movimento negro faz de diferentes tecnologias da comunicação nos processos de construção e visibilidade públicas da cidadania de afrodescendentes. O mapeamento é baseado em pesquisa bibliográfica e documental e na observação sistemática de espaços e materialidades que envolvem os usos de tecnologias da comunicação (jornais, rádio, TV, internet, etc.) por diferentes setores do movimento negro brasileiro.⁴

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos-RS, e Pesquisadora Produtividade do CNPq, e-mail: denisecogo@uol.com.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos-RS, e-mail: sátira.jornalista@yahoo.com.br .

⁴ Para esse mapeamento, nos valem também do acervo que vem sendo constituído por um conjunto de pesquisas de doutorado desenvolvidas, atualmente, por integrantes do Grupo de Estudos Mídia e Cidadania Afro-Brasileira que integra o Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Dentre essas pesquisas, destacam-se *Mídia e cidadania afro-brasileira em contextos educativos*, de Sátira Pereira Machado; *Mídia, movimento negro e políticas públicas de igualdade racial*, de Leslie Sedrez Chaves; e *Jovens e subversões das negritudes nas mídias sonoras*, de Deivison Campos.



Nessas redes, podemos observar a emergência de uma cidadania comunicativa em que o movimento negro se volta à geração e distribuição de conteúdos com o objetivo de pluralizar as representações do negro no universo das mídias (vinculadas ou não ao movimento) e construir, pautar e difundir o debate sobre a cidadania dos afrodescendentes. No marco dessa cidadania, o movimento empenha-se, ainda, na gestão e produção de espaços comunicacionais próprios que se pautam pela ampliação do acesso e da participação dos afro-brasileiros nas tecnologias da informação e comunicação (jornais, rádios, sites, portais, blogs, etc.). Esses espaços próprios orientam-se igualmente à tematização das demandas por cidadania das populações negras, além de tornarem espaços de inclusão e capacitação comunicacionais dos afrodescendentes.

Na tessitura desse mapeamento, nos orientamos por três perspectivas teórico-conceituais que aparecem inter-relacionados na trajetória de uso das tecnologias nos processos de cidadania de afro-brasileiros: as noções de redes sociais, movimentos sociais e cidadania comunicativa.

As redes sociais constituem uma prática humana muito antiga que, em termos genéricos, pode ser entendida como um conjunto de nós interconectados que se caracterizam pela flexibilidade e adaptabilidade. Prática que, conforme lembra Castells (2003), aparece redimensionada na atualidade a partir de três processos alavancados nas últimas décadas do século XX e elencados pelo autor.

[...] as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica. (CASTELLS, 2003, p.8)

Vislumbramos, ainda, as redes sociais como estratégias de interações sociocomunicacionais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura. As redes manifestam uma forma de estar junto, de conectar-se e formar laços, ao mesmo tempo em que podem implicar em um modo de participação social capaz ou não de produzir mudanças concretas na vida dos sujeitos ou das organizações. (COGO, BRIGNOL, 2010, p. 6). As redes sociais configuram interações entre sujeitos, podendo apresentar-se como redes informais, configuradas por demandas subjetivas, ou podem ser organizadas formal ou institucionalmente a partir da atuação coletiva de grupos com



poder de liderança, podendo, ainda, ser híbridas entre as duas configurações. Além disso, as redes podem contar, para sua organização e funcionamento, com a mediação das tecnologias da comunicação, especialmente a internet, ao mesmo tempo em que são dinamizadas por espécies de “teias invisíveis”, formadas por interações entre sujeitos não mediadas pelas tecnologias. (COGO, BRIGNOL, 2001, p. 6).

Uma segunda perspectiva conceitual - a de movimentos sociais - nos conduz a enxergar o movimento negro como uma instância não homogênea cuja pluralidade é tributária da própria intensificação das redes sociais como uma das modalidades de relacionamento e mobilização das sociedades contemporâneas. Movimentos que não se constituem mais unicamente como formas de organização coletivas centralizadas, mas que podem comportar dimensões inventivas e solidarísticas, configurando-se como redes sociais complexas que atuam através da combinação de dimensões locais, nacionais e transnacionais. No marco dos movimentos sociais em rede, segundo assinala Scherer Warren (2006), os atores coletivos constroem suas identidades, em um processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, resoluções de conflitos e de resistência aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização.

Da ótica específica dos modos de organização e mobilização dos afro-brasileiros, Santos (1994) assume um ponto de vista militante para considerar movimento negro todas as entidades e ações fundadas ou promovidas por descendentes de africanos no Brasil. Iniciativas empreendidas por Comunidades Quilombolas, Comunidades de Terreiro, Irmandades Negras e Clubes Sociais Negros.⁵ Ou ainda por comunicadores e artistas negros, de ativistas da literatura afro-brasileira, de Escolas de Samba, de Centros de Capoeira e da Frente Negra Brasileira (FNB)⁶. São essas e outras formas de associativismo, muitas delas centenárias, que culminaram com a criação de várias Organizações não governamentais, a partir da década de 70, orientadas à causa da negritude. Como exemplos, podemos citar, dentre outros, o Movimento Negro Unificado (MNU), presente em várias regiões do país; a Articulação de Entidades de Mulheres Negras Brasileiras e a União de Negros pela Igualdade (Unegro).

Desde essa heterogeneidade, podemos afirmar que o movimento negro brasileiro vem se constituindo, em muitos casos, como instância descentralizada que atua em rede em contraposição às lógicas de exclusão cidadã, sem, contudo, ignorarmos que o

⁵ Nessa perspectiva, estamos considerando a existência de movimentos negros no plural, embora, nesse texto, optemos por usar o termo no singular.

⁶ Fundada em 1931, a Frente Negra criou redes sociocomunicacionais com filiais em vários estados do país.



movimento pode comportar também estruturas de poder e relações centralizadas, assimétricas e hierárquicas que caracterizam muitas das modalidades de associativismo cidadão e mesmo algumas experiências solidarísticas em rede.

Os usos das tecnologias da comunicação pelo movimento negro que buscamos resgatar no mapeamento proposto nesse texto são compreendidos como possibilidades de exercício de uma cidadania comunicativa, terceira perspectiva conceitual que orienta nossa reflexão a partir do que postulam autores como Mata (2006). Martin-Barbero (2008, 2009) e Cogo (2005). Cidadania que, ao se definir pela democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, geração e distribuição dos recursos comunicacionais, pode produzir modalidades de participação das populações negras na gestão de políticas de representação pública de sua diversidade cultural e de suas demandas históricas específicas por inclusão e igualdade.

Na perspectiva de uma cidadania comunicativa, optamos, no mapeamento proposto a seguir, adotar a terminologia “redes sociocomunicacionais”, em vez de “redes sociais” para assinalar nossa preocupação em entender especificamente a presença de ações e projetos de usos das tecnologias da comunicação na trajetória do movimento negro no Brasil. Demarcamos, assim, nosso interesse por enfatizar as repercussões dessas tecnologias na construção e visibilidade dos processos de cidadania dos afro-brasileiros, assumindo, contudo, a perspectiva de que a tecnicidade não sobredetermina a cultura, mas, ao contrário, que a ação humana opera e intervém no percurso de existência das tecnologias na vida social.

2. Redes de ancestralidade: fluxos e refluxos sociocomunicacionais

Determinar as etnias africanas presentes no Brasil constitui-se ainda hoje um desafio instigante, uma vez que muitos dados e documentos foram perdidos, queimados, ocultados, pelo próprio contexto da época da escravidão. Oliveira Silveira (2005) indica que a maioria das etnias africanas trazidas ao Brasil durante quase quatro séculos foram os *Bantos*, os *Malês*, os *Minas* e os *Jejes – Iorubanos/Nagôs*⁷. Os *bantos* vieram em maior número – deixando marcas evidentes na língua portuguesa falada no Brasil. Mas é a memória iorubana, compartilhada pelos africanos que chegaram ao país no século

⁷ Tais etnias chegaram ao país provenientes das regiões de Angola e do Congo (*benguelas*, *caçanjes*, *cambindas*, *rebolos*, *muxicongos*); do Sudão (*haussás*, *tapas*); da Guiné (*fulas*, *mandingas*, *falupes*, *banhuns*); da Costa do Ouro ou de Gana, da Costa da Mina e de Daomé (*fantis*, *ashantis*, *euês*, *fons*, *egbás*).



XIX, a que, na atualidade, se tornou uma das mais visíveis, especialmente pela presença na mídia de seus deuses, como por exemplo, Iemanjá.⁸

Nesse contexto, foi a tradição oral africana que assegurou a transmissão e (re)atualização de valores, de mitos, de enigmas, de fórmulas e demais criações desses vários grupos étnicos. A musicalidade garantiu ainda a diversidade de crenças e costumes inspirados na fonte viva do simbolismo das culturas tradicionais africanas. De forma codificada e indireta, foi essa oralidade musical uma das responsáveis pela preservação da memória e a persistência em criar uma cultura afro-brasileira, mantendo vivos elementos da cultura da África negra no Brasil. Elementos que podemos considerar, ainda, como precursores de redes sociocomunicacionais de resistência aos racismos e desigualdades constituídos na trajetória dessa presença negra no Brasil e nas quais se incluíram usos de diferentes tecnologias da comunicação.

Problematizando a análise das categorias de auto-identificação dos negros brasileiros, o antropólogo Kabengele Munanga (2004) empenha-se em sintetizar a complexidade dos sistemas de pertencimento que demarcam a experiência identitária dos afro-brasileiros. Os conceitos de negro e branco tem, segundo autor, um fundamento ideológico e político, e não biológico, ajudando a explicar porque há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram negras. Ou, ainda, ajuda a evidenciar como política a posição dos movimentos negros organizados quando qualificam como negra qualquer pessoa com essa aparência.

[...] a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas - cotas, por exemplo -, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afrodescendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afrodescendente. Trata-se de uma decisão política. (MUNANGA, 2004)

A reflexão de Munanga colabora para assinalar a ambigüidade entre traços físicos e pertencimento simbólico que envolve a autodeclaração proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aos brasileiros no quesito cor/raça nos últimos censos. Para além de auto-identificação classificatória, entendemos que, desde uma perspectiva cultural, a superação do pensamento que afirma a existência de raças biológicas em detrimento de uma única raça humana, é útil, mas não resolve

⁸ Yemanjá (yemaya, iemoja ou yemoja) é um orixá africano, cujo nome deriva da expressão iorubá *Yèyé omo ejá*. (LOPES, 2004).



integralmente os resquícios de racismo que retardam a mobilidade dos afro-brasileiros nas instituições de ensino, nas empresas e em diversos espaços de ascensão social no país.

Ser negro, identificar-se como negro, ou ser chamado de negro no Brasil, é ter sua história relacionada à diáspora negra; à resistência à escravidão; às lutas quilombolas; à mestiçagem das “raças” que revelem africanidades; à superação das condições de vida oferecidas; à criação de irmandades da Nossa Senhora do Rosário ou de Comunidades Tradicionais de Terreiro; à criação de clubes sociais próprios para as comunidades negras segregadas pelos clubes sociais da elite brasileira; à imprensa “alternativa” negra; à emergência do Movimento Negro contemporâneo; às manifestações literárias e artísticas de negros; às expressões do samba, do carnaval, da capoeira, do hip-hop, do grafite; à relação desigual com as demais etnias que compõem o caleidoscópio nacional.

Entre os brasileiros, a discriminação contra negros funda-se principalmente em referentes de aparência física e estética, conformando um racismo motivado pelas marcas negróides, traços fisionômicos, nuances da cor de pele e textura de cabelo. Essas marcas são evidenciadas pela imagem e relacionadas ao imaginário de inferioridade que rondam os afro-brasileiros em torno de suas habilidades técnicas e capacidades intelectuais. Como estratégia contradiscursiva construída pelos movimentos sociais e intelectuais negros, as lutas por uma consciência da negritude atribuíram ao termo “negro” uma conotação positiva, colaborando para desencadear no Brasil um processo de enegrecimento e, em consequência, novas atualizações das identidades, como aquelas relacionadas aos não-negros de aparência que se autodeclaram negros pela origem ou por empatia.

Há, ainda, no senso comum, um argumento recorrente que tende a esvaziar o preconceito racial, deslocando do étnico e situando na questão de classe as desigualdades sociais. Ou seja, o pobre e não o negro é quem não ascende socialmente. No entanto, pesquisas⁹ vem apontando que o preconceito racial é mais marcante que o preconceito de classe, uma vez que os afro-brasileiros são os mais desfavorecidos em termos de direitos cidadãos.

Em referência à exclusão ou inclusões racistas que tem marcado grande parte das representações dos negros propostas pela mídia brasileira, em 2001 foi realizado o Seminário “Mídia e Racismo” (RAMOS, 2002), no Rio de Janeiro, mobilizando

⁹ Ver como exemplo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em <http://www.pnud.org.br/gerapdf.php?id01=695>



diferentes agentes sociais inseridos no universo midiático brasileiro em prol da superação do racismo na imprensa, na televisão, no cinema, no teatro, na dança e na música¹⁰. As deliberações do seminário foram incluídas na pauta da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban na África do Sul, em 2001.¹¹ Em 2005 e 2009, comunicadores¹² de vários estados criaram grupos de trabalho nas duas edições da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília/DF. Em 2009, jornalistas organizaram Conferências Livres para deliberar sobre a relação entre a mídia e os afro-brasileiros, indicando delegados para a I Conferência Nacional de Comunicação cujo tema foi “Comunicação: meios para a construção de direitos e da cidadania na era digital”, realizada entre 14 e 17 de dezembro em Brasília/DF.

No contexto acadêmico, dentre o conjunto de investigadores que tem se preocupado com as relações entre mídia e negritude, Silva e Rosemberg disponibilizam uma ampla reflexão sobre a representação dos afro-brasileiros no campo midiático enunciando que “a mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros.” (SILVA e ROSEMBERG, 2008, p. 74)

Essas e outras reflexões estão presentes no universo acadêmico não apenas da perspectiva da produção midiática, mas também desde a ótica da recepção. No artigo “Interpretações sobre os retratos dos afrodescendentes na mídia de massa”, as pesquisadoras Acevedo e Nohara realizam um estudo de recepção evidenciando as interpretações de afrodescendentes sobre sua própria presença na mídia. Segundo as autoras, os entrevistados compreendem que:

- a) os retratos dos afrodescendentes na mídia refletem o racismo que permeia a sociedade.
- b) as imagens estão impregnadas por estigmas sociais operacionalizados pela omissão e por papéis desvalorizados.
- c) os estigmas conseguem 'feri-los' (os entrevistados).
- d) os entrevistados desconstruem as

¹⁰ Em 2001, foi criado o Núcleo de Comunicadores Afro-Brasileiros do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS. Em 2006 e 2009, realizaram edições do seminário “O negro na mídia: a invisibilidade da cor” impulsionando o debate junto à Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) e mobilizando jornalistas negros da América Latina, Estados Unidos, Europa e África.

¹¹ Tais processos colaboraram para a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003), antecedida pela instituição do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (1995) e pela criação da Fundação Cultural Palmares (1988), todos órgãos do Governo Federal para os quais o movimento negro colaborou fortemente para o surgimento. Desde a aprovação da Constituição Federal (1988), nas esferas federal, estaduais e municipais identificam-se conselhos de direitos e órgãos responsáveis por deliberar e executar políticas públicas para os afro-brasileiros, majoritariamente nas áreas da educação, cultura, saúde e agricultura.

¹² Majoritariamente lideranças de rádios comunitárias e blogueiros que trabalham com a temática da negritude na Internet e ativistas ligados às Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), criados no âmbito dos sindicatos de jornalistas vinculados à FENAJ.



imagens percebidas e não se identificam com elas. e) alguns entrevistados percebem pequenas mudanças nas representações desse grupo. (ACEVEDO e NOHARA, 2008).

Nos últimos anos, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros ou órgãos correlatos têm sido criados em várias áreas do conhecimento nas Instituições de Ensino Superior do país. Na área da comunicação, a temática tem ganhado mais espaço em grupos de estudo e pesquisa específicos sediados em universidades de diferentes regiões brasileiras¹³. Desde 2000, a Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) promove o Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros(as) – COPENE, dando visibilidade à produção do conhecimento sobre relações etnicorraciais, incluindo aquelas vinculadas às mídias¹⁴.

Nessa dinâmica de fluxos e refluxos sociocomunicacionais que retomamos até aqui, é possível evidenciar que distintas esferas sociais, dentre as quais a midiática, operam na trajetória de constituição da negritude no Brasil. Esse cenário nos serve de lastro para identificarmos como, nesse percurso, o movimento negro brasileiro incorpora e faz uso crescente de distintas tecnologias da informação e comunicação na construção e visibilidade de agendas de luta por cidadania de afrodescendentes no Brasil, conforme abordaremos a seguir.

3. Redes sociocomunicacionais de pensamento e ativismo: da imprensa Negra às tecnologias no plural

No Brasil, já em 1798, as lideranças negras colam manifestos nas edificações dos espaços urbanos inaugurando seus jornais murais. Pelas ruas das capitais, passam a dar visibilidade às questões que acreditavam ser relevantes para a emancipação das comunidades negras. Em 1833, criam uma Imprensa Negra, a exemplo da imprensa dos afro-estadunidenses retratada no filme *The Black Press: Soldiers Without Swords*, dirigido por Stanley Nelson, com o objetivo de ser uma imprensa “alternativa” cujos periódicos eram produzidos para as comunidades negras locais. O pasquim *O Homem de Cor*, jornal editado na tipografia de Francisco de Paula Brito, onde o escritor

¹³ Dentre os quais, podemos citar o *Grupo de Estudos em Mídias e Etnicidades*, da Faculdade de Comunicação (Facom), da Universidade Federal da Bahia (criado em 1997); o *Grupo Mídia e Etnia*, da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (criado em 2002); o *Departamento de Estudos Culturais e Mídia* (GEC), do Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), da Universidade Federal Fluminense (criado em 2003); e o *Grupo de Estudos Mídia e cidadania de afro-brasileiros* do *Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos (criado em 2010).

¹⁴ <http://www.abpn.org.br/copene>



Machado de Assis iniciou sua carreira¹⁵ em 1833, no Rio de Janeiro somava-se a outros periódicos que circulavam pelo país.¹⁶

O jornal *A Alvorada* (Pelotas/RS) é um dos periódicos com mais tempo de circulação na história da Imprensa Negra brasileira. Estreitamente ligado ao *Clube Fica Ahi Pra ir Dizendo*, de Pelotas, noticiou ideais e ideias de uma elite negra urbana, formada por operários no período pós-abolição do Rio Grande do Sul. Jacira Reis da Silva (2001) estudou as mulheres negras e sua participação na luta por educação através do jornal *A Alvorada*, ressaltando o papel alternativo desse periódico na formação cultural e educacional das comunidades negras, bem como a presença marcante das mulheres na Imprensa Negra Pelotense em períodos históricos onde o espaço público era predominantemente ocupado por homens brancos.¹⁷

Na década de 70, a grande imprensa gaúcha abre espaço para uma pauta que demarcaria uma importante etapa na história dos negros no Brasil. Em 1971, o Jornal Zero Hora divulga a primeira celebração do 20 de novembro realizada em Porto Alegre a partir de manifestação promovida pelo Grupo Palmares. Estudada e sugerida pelo poeta Oliveira Silveira, a data, em alusão ao dia da morte do líder do Quilombo dos Palmares, foi um contraponto às celebrações do dia 13 de maio, hoje considerado um dia de denúncia contra o racismo. (SILVEIRA, 2003) Desde então, ativistas negros de todo o país celebram o *Dia Nacional da Consciência Negra*, data oficializada pelo estado brasileiro em 2003, quando passou a fazer parte do calendário escolar através da Lei 10.639/03¹⁸.

No decorrer dos anos, novos ativistas sociais passam a incluir o ambiente midiático em suas estratégias de reconhecimento, seja ocupando espaços em mídias vinculadas a grandes grupos de comunicação privados e públicos, seja gestando espaços alternativos de comunicação. Valem-se de jornais, televisões, rádios comunitárias, revistas, vídeos, cinema, Internet, etc. para dar visibilidade a vários aspectos da vida e das lutas dos afro-brasileiros.

¹⁵ Francisco de Paula Brito e Machado de Assis eram afro-brasileiros.

¹⁶ O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), lançou o Catálogo da Imprensa Negra, com 37 periódicos produzidos por afro-brasileiros de São Paulo, entre 1903 a 1963. Os dados estão disponíveis em http://www.cedap.assis.unesp.br/cat_imprensa_negra/cat_imprensa_negra.html.

¹⁷ O jornal *A Alvorada* está sendo digitalizado pela Universidade Católica de Pelotas, no âmbito do projeto de Ponto de Cultura do Ministério da Cultura.

¹⁸ Em 20 de dezembro de 1996, a pluralidade cultural foi incluída nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) da *Lei Federal 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional* (LDB/1996). Os parâmetros sugerem que os currículos escolares sejam mais comprometidos com a pluralidade e a cidadania dos brasileiros. Em 9 de janeiro de 2003, a LDB/1996 foi alterada pela Lei Federal 10.639 e, em 2008, pela Lei Federal 11.645 tornando obrigatório o ensino da “*História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena*” no currículo oficial do país.



O exercício de uma cidadania comunicativa através dos usos que afro-brasileiros fazem das tecnologias inclui mais recentemente a apropriação de espaços da Internet, incorporada, não, de modo isolado ou exclusivo, a partir de sua introdução como novidade tecnológica, mas inserida em um espectro de estratégias e políticas comunicacionais implementadas pelo movimento que comporta diferentes modos de usos das tecnologias. A exemplo de outros movimentos sociais organizados em rede, também o movimento negro experimenta a combinação e complementaridade nos usos de tecnologias da informação e comunicação que se caracterizam por continuidades, justaposições e rupturas entre as chamadas novas mídias e ferramentas tradicionais assim como entre gêneros, estéticas e linguagens ou, ainda, entre modos de gestão e produção mais ou menos individuais e coletivos, conforme trataremos a seguir.

4. Redes sociocomunicacionais e afro-brasileiros na Internet

Frente ao crescimento do uso da comunicação mediada por computador, o incremento dos usos da Internet está relacionado, ainda, aos esforços do movimento negro em dar visibilidade ao debate sobre as relações etnicorraciais e compartilhar, de modo mais amplo, ações de cidadania com as populações afrodescendentes e mesmo com o restante da sociedade brasileira.

A popularização dos preços dos computadores, a expansão da telefonia e o incremento das políticas públicas de inclusão digital abriram caminho para o crescimento do acesso, ainda que parcial, à Internet. O fenômeno de expansão da rede no país resulta de esforços públicos e privados que vão conformando possibilidades de acesso à Internet a partir de residências, telecentros públicos, lan houses, computadores de amigos, locais de trabalho, instituições de ensino, etc. É resultado, nesse sentido, do próprio engajamento individual e coletivo da sociedade e dos movimentos sociais em pautas e lutas específicas voltados à ampliação e democratização do acesso e capacitação para o uso da Internet.

Websites, portais, blogs, jornais e boletins online e impressos, rádios analógicas e digitais, documentários, redes sociais como Orkut, Facebook, Twitter etc., se combinam, para constituírem práticas comunicacionais do movimento negro que estão em consonância, em certo sentido, com o caráter de fluxo da sociedade da informação e da expansão das chamadas mídias digitais. Uma das iniciativas recentes do movimento negro brasileiro na Internet é o Ìrohìn. O periódico, designado “notícia” na língua



yorubá, foi criado em 1996, após a Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida. Em 2004, o *Ìrohìn*, editado em formato tablóide, passou a ter também um site na Internet, onde são disponibilizadas matérias da versão impressa além de outras notícias. Nessa nova fase online, ativistas passam a ser emissores, capacitando-se tecnologicamente, gerando e reelaborando informações para colaborar com a redação do jornal. A ocupação do espaço da Internet possibilitou que, em 2005, a equipe do *Ìrohìn* ampliasse seu alcance e alterasse os fluxos tradicionais de informação entre afro-brasileiros, cumprindo um importante papel na mobilização popular para a Marcha Zumbi+10¹⁹ e no envio de informações sobre resultados das atividades do evento àqueles que não puderam comparecer presencialmente em Brasília.

Outro exemplo dessa combinação entre tecnologias é o da Afrobras, organização paulista fundada em 1997 e voltada a atividades na área das ações afirmativas²⁰. A entidade mantém no ar o programa televisivo *Negros em Foco* (Canal 14 UHF - RBI / TV MIX), protagonizado por apresentadores e diretores negros e focado em assuntos de interesse da população negra brasileira como segurança, mercado de trabalho, representação do negro na mídia, educação, etc. No Vida Plena (Canal 25, via satélite e pela internet), outro programa de iniciativa da Afrobrass, em parceria com a Rede Mundial de Televisão, são debatidas questões relativas ao negro brasileiro e estrangeiro, com entrevistas sobre cultura, saúde, inclusão e valorização do negro. Entre outros projetos, a Afrobrass desenvolve ainda o portal www.afrobrass.org.br; a agência de notícias Afrobras News; a Revista Afirmativa Plural, publicação bimestral com abordagem nos principais temas de interesse da comunidade afro-brasileira; e a Rádio Zumba, sediada no campus da Unipalmares.

Desde 2005, o Instituto de Mídia Étnica da Bahia ²¹ promove a apropriação dos processos de gestão e produção do que denomina de “sujeitos invisibilizados pela mídia”. A imagem de um jovem negro com uma câmera na mão remete ao slogan “Vamos denegrir a Mídia”, usado para mostrar a campanha do instituto. Desde sua criação, a organização desenvolve iniciativas como o treinamento comunitário nos projetos *Comunicação Quilombola* com a população da Ilha de Maré e com jovens

¹⁹ A marcha reuniu, no mês de novembro, na Esplanada dos Ministérios do Distrito Federal, mais de 8.000 ativistas integrantes de cerca de 160 organizações do movimento negro.

²⁰ A Afrobras tem o objetivo de promover atividades de informação, formação, capacitação, qualificação e assessoria técnica, jurídica e política em ações afirmativas para inserção e visibilidade do negro brasileiro. Em 2002, criou o Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e instituiu, com licença do Ministério da Educação, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), primeira do Brasil e da América do Sul voltada para a inclusão do negro na vida acadêmica.

²¹ <http://www.midiaetnica.ning.com>



cotistas da UFBA, em parceria com o Ceafro (Centro de Estudos Afro-Orientais, Unidade de Extensão) da UFBA²². O instituto mantém, ainda, o *Insurreição Rítmica*, uma rede de produção de vídeos comunitários em parceria com a TVE e com instituições; e o portal de jornalismo colaborativo *Correio Nagô*²³, além de iniciativas de inclusão e capacitação digital através do projeto *Cyber-Aruá*.

Outra iniciativa de usos da Internet é a Agência de Informação Multiétnica - Afropress²⁴, uma das primeiras agências de notícias jornalísticas online que assumiu como pauta principal o racismo no Brasil. Projeto da organização do movimento negro ABC sem Racismo, a Afropress atua em rede na captação, processamento e distribuição da informação, contando com a participação de vários comunicadores multidisciplinares espalhados pelo Brasil e o mundo.

Ao partilhar informações e relações, a Afropress tornou-se essencial para alguns e inoportuna para outros tantos. A visibilidade da pauta do racismo promovida pela Afropress vai da divulgação de casos explícitos de discriminação, denunciados pelo movimento negro e acompanhados por organismos públicos competentes, à ampliação do debate sobre as ações afirmativas apresentado na grande mídia. A agência já foi mais de uma vez alvo de ataques de *hackers* que a tiraram do ar. O jornalista e advogado Dojival Vieira atribui a perseguição sofrida pela Afropress à visibilidade alcançada pela agência para além do movimento negro (OLIVEIRA, SILVA, 2007), apontando, ainda, para uma perspectiva em torno da tensão liberdade-controle da Internet que tem sido objeto de reflexão crítica por autores como Castells

As redes de Internet propiciam comunicação livre e global que se torna essencial para tudo. Mas a infra-estrutura das redes pode ter donos, o acesso a elas pode ser controlado e seu uso pode ser influenciado, se não monopolizado, por interesses comerciais, ideológicos e políticos. À medida que a internet se torna a infra-estrutura onipresente de nossas vidas, a questão de quem possui e controla o acesso a ela dá lugar a uma batalha essencial pela liberdade. (CASTELLS, 2003, p. 226).

A despeito dos avanços do debate em torno das relações raciais na sociedade brasileira, a Internet não tem escapado, portanto, a investidas de caráter racista que também tem sido repelidas por setores do movimento negro. Em 2006, a Afropress expôs um caso explícito de racismo na rede ao denunciar a exibição da foto de um menino negro para ilustrar a comunidade virtual hospedada no Orkut denominada

²² <http://www.ceafro.ufba.br>

²³ <http://www.correionago.com.br>

²⁴ <http://www.afropress.com>



“Vingue-se no Pretinho” que tinha o objetivo de trocar informações sobre o sistema de cotas instituído na Universidade de Brasília (UnB). O caso teve repercussão em Conselhos de Direitos, Ministérios, Polícia Federal, Ministério Público, órgão de defesa dos direitos humanos e no Comitê Gestor da internet no Brasil.

No Mapa das Desigualdades Digitais, publicado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), em parceria com o Instituto Sangari e o Ministério da Educação, Waiselfisz postula que as desigualdades digitais reproduzem e reforçam as desigualdades existentes na sociedade brasileira. Segundo o autor, a discriminação por cor ou raça dos indivíduos também atua como fator incidente nas condições de acesso à Internet, revelando que, em 2005, “no país como um todo, 28,3% dos brancos de 10 anos e mais de idade manifestaram ter usado a Internet nos 3 meses anteriores à pesquisa. Já entre os negros, esse percentual cai para 13,3%. Noutras palavras, brancos acessam a Internet 2,1 vezes mais que os negros, isto é, mais que o dobro que negros”²⁵. (WAISELFISZ, 2007. p.15)

Considerações finais

As redes sociocomunicacionais são constituintes da trajetória da negritude, acompanhando a conformação da experiência da diáspora africana pelo mundo e no Brasil e seus processos de resistências e lutas por igualdade. À musicalidade e à linguagem corporal que distinguem a trajetória das redes de negritude no Brasil, se agregam e combinam contemporaneamente, usos de tecnologias da informação e comunicação, como o jornal mural, a imprensa negra, o rádio, a televisão, o vídeo, o cinema, em suas vertentes massivas e comunitárias e, mais recentemente, a Internet.

Desde a ótica plural que assume a mobilização e organização dos negros, designada por nós, nesse texto, sob a rubrica de movimento negro, o mapeamento, ainda que parcial, que propomos sobre os usos das tecnologias na conformação de redes sociocomunicacionais da negritude, aponta para a emergência de múltiplas experiências em torno de uma cidadania comunicativa. Através de usos combinados e complementares dessas tecnologias, setores e ativistas do movimento negro orientam-se à gestão e produção comunicacionais que colaboram na geração e distribuição de conteúdos visando à denúncia das situações de discriminação e desigualdade raciais e à constituição pública de representações plurais dos afro-brasileiros. Asseguram, desde

²⁵ Estudo baseado em dados do IBGE de 2005.



essa perspectiva, a participação do movimento na construção, debate e mobilização sociais em torno da cidadania dos afrodescendentes.

Ao mesmo tempo, com essas estratégias comunicacionais, o movimento se conduz pela ampliação do acesso e participação dos afro-brasileiros na gestão e produção de espaços comunicativos próprios (jornais, rádios, sites, portais, blogs, etc.) que, se vão se consolidam como espaços de debate sobre as desigualdades que afetam os afrodescendentes, se tornam também espaços de experimentação e promoção da igualdade racial e comunicativa através da inclusão e capacitação das populações afro-brasileiras para os usos das tecnologias da comunicação.

As pistas sobre os espaços comunicacionais do movimento negro aqui levantadas, nos conduzem a vislumbrar esse texto como uma rota de sistematização que busca o registro e a memória da cidadania comunicativa experimentada pelas redes sociocomunicacionais da negritude no Brasil, mas que, reconhecemos, demanda outras incursões que possibilitem a produção de conhecimentos críticos específicos sobre os usos das tecnologias da comunicação por afro-brasileiros. Dentre incursões possíveis nessa rota, vislumbramos aquelas que possam gerar “estudos de caso” focados em experiências específicas de uso das tecnologias pelos diferentes setores que compõem o movimento negro e que possam aprofundar, dentre outras, as diferentes concepções de comunicação cidadã (mais ou menos horizontalizadas, participativas, etc.) que as orientam; a fragmentação gerada pelos fluxos comunicacionais que derivam dos usos dessas tecnologias e as possibilidades de convergência e articulação político-comunicacional entre os diferentes setores e ativistas dos movimentos; as políticas comunicacionais, formais e não formais, que vão sendo gestadas a partir do desenvolvimento de experiências e projetos comunicativos para o fortalecimento das lutas pela igualdade dos afro-brasileiros; os desafios de uma comunicação cidadã relacional que fale também para outros setores sociais e não exclusivamente para os afrodescendentes.

Esse texto tece, portanto, uma rota-convite para a constituição de futuras agendas de pesquisa sobre a comunicação cidadã e a negritude nesse momento histórico de avanços nas lutas pela igualdade racial no Brasil. De um período de pesquisas comunicacionais marcado pela (necessária) denúncia de representações negativas do negro na mídia massiva, nosso mapeamento aponta para outros itinerários em construção pelo próprio movimento negro e pelo pensamento acadêmico e que evidenciam a insuficiência da denúncia e a emergência e consolidação crescentes de



espaços comunicacionais cidadãos de criação e produção midiáticas próprias pelos afro-brasileiros.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Interpretações sobre os retratos dos afrodescendentes na mídia de massa**. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v. 12, n. spe, 2008.

ARAÚJO, J. Z. **A negação do negro no Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

CARDOSO, G. **A mídia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2007.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COGO, D. **Mídias comunitárias: outros cenários e cidadanias**. Agência Ibase: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=71>> Acesso em: 20 jun. 2010.

COGO, D., BRIGNOL, L. D. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. In: ANAIS DO XIX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010, p. 1-15.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**, São Paulo: Loyola, 2005.

ESCOBAR, G. V. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria/RS. 2010.

JANHEINZ, J. **Las Culturas Neoafricanas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

LIMA JUNIOR, A. **Jornal Irohin: Estudo de caso sobre a relevância educativa do papel da imprensa negra no combate ao racismo (1996-2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo (USP).

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004

LOZARES, C. La teoría de redes sociales. **Papers**. n. 48. 1996. Disponível em: <<http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/ars/paperscarlos.rtf>>. Acesso em: 02 maio 2007.

MACHADO, J A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias** [online]. n.18, pp. 248-285, 2007.

MACHADO, S. P. A cor da cultura: crianças, televisão e negritude na escola. In.: SILVA, G. F.; SANTOS, José Antônio dos e CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2008.

MARTIN-BARBERO, J. **Claves de la investigación en las políticas de la comunicación y la cultura**. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB), 2008. (Série Dinâmicas interculturales n. 11).

MARTIN-BARBERO, J. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**. v. 2. n. 2, p. 143-162. jan.-jul 2009. Entrevista concedida a Maria Immacolata Vassalo de Lopes.

MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan.-abr. 2006.



MOLINA, J. L. **La ciencia de las redes**. Apuntes de Ciencia y Tecnología. n. 11, jun. 2004. Disponível em: <http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/public_archivos/ciencia.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2007.

MUNANGA, K. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, EDUSP/Estação Ciência, 1996.

_____. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-56, 2004. (Entrevista)

OLIVEIRA, I. de M. e SILVA, L. A. P. **Imprensa Negra Online**: o racismo na pauta de todos os dias. ANAIS DO 5º ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM JORNALISMO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJOR). 2007, Aracajú. **Anais...** Aracajú: SBPJOR, 2007.

RAMOS, S. **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, J. R. dos. **Movimento negro e crise brasileira**. Brasília: Palmares, 1994.

SANTOS, J.A. **Raiou a Alvorada**: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907 – 1957). Pelotas: Universitária, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos em cena.. e as teorias por onde andam?**. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos_em_cena.asp?f_id_artigo=385> Acesso em: 29 jun. 2006. p. 6.

SILVA, G. F., SANTOS, J. A. dos e CARNEIRO, L. C. C. In: **RS NEGRO**: cartografias sobre a produção do conhecimento. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2008.

SILVA, J.. **Vozes de Mulheres Negras na Imprensa Negra Pelotense**: a luta por educação através dos escritos do jornal “A Alvorada”. Pelotas: UFPEL, 2001.

SILVA, P. V. B.; ROSEMBERG. F. *Brasil: lugares de negros e brancos na mídia*. In.: DIJK, T. V. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: UNESCO-Editora Contexto, 2008.

SILVEIRA, O. **O negro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IPHAN e Fundação Palmares/Minc, 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA)/Instituto Sangari/Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://www.ritla.net/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=225>. Acesso em: 20 jun.2010.

Sites consultados

www.afrocensos2010.wordpress.com

www.ligadacanelapreta.blogspot.com

www.pnud.org.br

www.abpn.org.br/copene

www.cedap.assis.unesp.br/cat_imprensa_negra/cat_imprensa_negra.html

www.racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/85/artigo7002-1.asp

www.afrobrass.org.br

www.midiaetnica.ning.com

www.afropress.com

www.institutoyoruba.org

www.ceafro.ufba.br

www.correionago.com.br

www.afropress.com